

Estado de Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2023 MODALIDADE: Tomada de Preços

1 - PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, situada à Rua São Luiz, nº. 210 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. VANDERLEI BONALDO, brasileiro, casado, prefeito, inscrito no CPF sob nº. 043.822.729-80 e Carteira de Identidade nº. 4.188.341-SESPDC/SC, residente e domiciliado na Rua São Luis nº 1422 nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC e Comarca de Maravilha/SC, torna público para empresas do ramo pertinente, interessadas a participar do presente certame licitatório, na modalidade Tomada de Preços, Empreitada por preço global, o qual será processado e julgado em consonância com a Lei nº. 8.666/93 atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e contemplado com a Lei Complementar nº. 123 de 15/12/2006, e atualizações posteriores, em especial o contido neste Edital.

Para recebimento da documentação e dos envelopes de Habilitação e Proposta, fica determinado o dia 16/03/2023, até às 08h00min, os quais deverão ser entregues na Sala de Licitações, para a Comissão Permanente de Licitações, sito a Rua São Luiz 210 - Centro – Setor de Licitação – São Miguel da Boa Vista/SC.

O início da abertura dos envelopes ocorrerá às 08h15min, no mesmo dia e endereço informados acima.

2 - DO OBJETO

- 2.1 Contratação de empresa para execução, sob regime de empreitada global **DA PAVIMENTAÇÃO EM CALÇAMENTO NA LINHA CASSOL TRECHO I, COM ÁREA TOTAL DE 2.158,70m²**, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento e demais anexos constantes no edital.
- 2.2 As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta do projeto/atividade:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação	Descrição		
1.032 – Pavimentação de Estradas vicinais	44900000000	Aplicações diretas.		

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar do presente, empresas interessadas, cadastradas na unidade promotora do certame, ou que se cadastrarem até o terceiro dia útil anterior ao do recebimento das propostas.
- 3.2 Não poderão participar da presente licitação as interessadas que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, punidas com suspensão de licitar ou contratar com a Administração Municipal, ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 3.3 A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
- 3.4 Para cadastramento das empresas interessadas e seus respectivos representantes com poderes de acompanhar e manifestar intenção de recurso no certame deverão serem apresentados fora dos envelopes os seguintes documentos:
- I Cópia autenticada do Documento Oficial de Identidade com foto.
- II Procuração por instrumento público ou particular, nesta hipótese, com firma reconhecida como autêntica por tabelião e em ambos os casos acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de eleição do outorgante, etc.), que comprove a capacidade de representação, inclusive com outorga de poderes para, na forma da lei, formular intenção de recurso ou



Estado de Santa Catarina



intervir junto à comissão Municipal de Licitações se for o caso, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante.

- III Ato constitutivo em vigor (Estatuto ou Contrato Social), devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- IV- Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- V Comprovante de inscrição e de situação cadastral (cartão CNPJ).
- VI Registro comercial, para empresa individual.
- VII Conforme Lei Complementar nº. 123 de 15/12/2006, as empresas enquadradas no estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno porte, devem apresentar documentos que comprovem o enquadramento destas, (certidão simplificada da junta comercial expedida há no máximo 180 dias). Caso a licitante não apresente tais documentos de comprovação do enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte no ato do credenciamento cadastramento (mesmo que estiver enquadrada), perdera automaticamente o direito de fazer uso das vantagens da Lei Complementar nº. 123 de 15/12/2006 e atualizações posteriores, quanto à regularidade fiscal e direito de preferência.
- IX Apresentar declaração atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.
- X Apresentar DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR, (modelo anexo III), deste edital.
- XI Apresentar DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO (modelo anexo neste edital).
- XII Apresentar DECLARAÇÃO DO USO DE MATERIAIS (modelo anexo neste edital).
- XIII Além dos documentos citados acima, o município poderá consultar por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010; http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa: https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-

web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf

consultar no Cadastro Nacional de Condenações Civis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça: https://www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php.

3.5 - O licitante ao participar do certame, fica ciente da autorização a divulgação de dados referentes às publicações de contratos e extratos resultantes do presente processo licitatório, assim como o fornecimento destes dados para fins de fiscalização pelos órgãos fiscalizadores, sendo que sua participação implica na autorização a divulgação dos dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados nº. 13.709/18.

4 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES

- 4.1 Dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".
- 4.1.1 Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação de habilitação" deverão estar devidamente fechados e entregues a Comissão Municipal de Licitações, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço data e horários especificados abaixo:



Estado de Santa Catarina

LOCAL: Rua São Luiz 210 - Centro - Setor de Licitações - São Miguel da Boa Vista/SC.

DATA: 16/03/2023 HORÁRIO: 08h00min.

- 4.1.2 Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: de Proposta de Preços e de Habilitação.
- 4.1.3 Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, e identificados com a razão social da licitante, o número e o título do conteúdo ("Proposta de Comercial" ou "Documentos de Habilitação"), no envelope contendo a Proposta deverá conter o número do item a ser cotado pela empresa, na forma dos incisos I e II a seguir:

e ii a seguii.
I - Envelope contendo os documentos os Documentos de Habilitação:
ENVELOPE №. 001 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC
PROCESSO LICITATÓRIO №. 05/2023
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS.
LICITANTE:
CNPJ/CPF:
ABERTURA: 16/03/2023 HORA: 08h15min

l <u>-</u>
II - Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:
ENVELOPE N°. 002 (PROPOSTA COMERCIAL)
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2023
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS.
LICITANTE:
CNPJ/CPF:
ABERTURA: 16/03/2023 HORA: 08h15min

- 4.2 Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados:
- a) ou no original;
- b) ou por cópia com autenticação procedida por tabelião ou por servidor integrante da Comissão Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC;
- c) ou pela juntada da(s) folha(s) de órgão da imprensa oficial onde tenha(m) sido publicado(s).
- 4.2.1 As autenticações quando feitas por servidor público municipal integrante da Comissão Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, deverão ser feitas em horário de expediente até o horário previsto para o fim do recebimento dos envelopes, junto ao setor de licitações.
- 4.3 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.
- 4.4 O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer os bens/serviços, objeto da presente licitação.



Estado de Santa Catarina



- 4.5 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fax-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preços.
- 4.6 Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, na Rua São Luiz, n° 210, centro, CEP 89879-000, sala de licitações, junto ao prédio da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, e-mail licitacao@saomigueldaboavista.sc.gov.br, cabendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.
- 4.7 Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital de licitação, perante a administração, o licitante que não apontar as falhas ou irregularidade supostamente existentes no Edital, até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, ou apresentar intempestivamente a comunicação do suposto vício não suspendendo o curso do certame.
- 4.8 A impugnação feita tempestivamente por possível licitante, não o impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente.
- 4.9 Acolhida à petição contra o ato convocatório pelo gestor, será designada nova data para a realização do certame.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº. 002)

- 5.1 O envelope "Proposta de Preços" deverá conter a proposta de preços do licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:
- I Ser apresentada através de **planilha orçamentaria** conforme o modelo expresso no projeto, em formulário próprio datilografado ou impresso, em uma via, rubricada em todas as páginas e assinada e carimbada a última pelo representante legal da empresa, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente identificadas todas as folhas com o número de inscrição no CNPJ ou timbre impresso da empresa, constando os preços propostos expressos em Real (R\$), em algarismos arábicos com somente dois algarismos depois da vírgula. Na planilha orçamentária devem ser indicadas as quantidades de serviços e materiais a executar, de acordo com as Planilhas de Orçamento e Global, deste edital, para todos os fins e efeitos, com seus respectivos preços unitários e totais propostos e cronograma físico-financeiro. Na composição dos preços unitários deve estar incluída a taxa de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI).
- II Os preços propostos completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, manutenção, reposição de peças, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta.
- III Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias correntes, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa será considerado como tal
- IV Conter preço unitário por item.
- 5.2 Os preços propostos por escrito serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.3 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.
- 5.4 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.
- 5.5 A Proposta de Preços será considerada completa abrangendo todos os custos dos materiais necessários à entrega do objeto em perfeitas condições de uso.



Estado de Santa Catarina



5.6 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

6 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº. 1)

- 6.1 O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter o ANEXO I deste Edital.
- 6.2 As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação, deverão apresentar declaração identificado a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

7 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

- 7.1 No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos representantes de todas as licitantes, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, a Comissão Municipal de Licitação, que dirigirá a sessão, receberá, em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preços e Habilitação, admitindo-se.
- 7.1.1 A empresa poderá enviar sua proposta e documentação por meio de entrega postal, desde que envie toda a documentação de acordo com o exigido no edital, caso contrário será desclassificada.
- 7.2 Após recebidos os documentos pela Comissão Municipal de Licitação dará início à abertura dos envelopes, não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.
- 7.3 Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

8 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

- 8.1 O presente Edital será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido no artigo 43 da Lei nº. 8.666/93 atualizada pela Lei nº. 8.883/94;
- 8.2 No dia, local e hora designados no preâmbulo, na presença dos licitantes ou de seus representantes legais que comparecerem ao ato, a Comissão iniciará os trabalhos:
- 8.2.1 Será feita a abertura dos envelopes de habilitação, os quais serão examinados e rubricados pelos seus membros e representantes presentes;
- 8.2.1.1 Desta fase será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da comissão e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração.
- 8.2.2 Procedendo-se a seguir à abertura dos envelopes das propostas de preços dos proponentes habilitados, desde que tenha havido renuncia expressa de todos os proponentes de interposição de recursos de que trata a alínea "a" do o inciso I do artigo 109 da Lei Federal n 8.666/93, através da assinatura da Ata, ou Termo de Renúncia. Caso Contrário, a data de abertura será comunicada diretamente às proponentes (podendo tal intimação ocorrer através de publicação no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC e/ou através da página eletrônica do Município de São Miguel da Boa Vista www.saomigueldaboavista.sc.gov.br) após julgado o recurso interposto, ou decorrido o prazo sem interposição de recurso.
- 8.2.2.1 As proponentes que não se fizerem presentes na Abertura dos envelopes contendo a Documentação, renunciam ao prazo recursal previsto no artigo 109 da Lei 8.666/93, passando automaticamente para a fase de proposta de preços.
- 8.2.2.2 As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros e representantes dos licitantes presentes, procedendo-se à leitura das mesmas.
- 8.2.2.3 Desta fase será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da Comissão e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração.
- 8.3 Critérios de julgamento
- 8.3.1 Desclassificação
- 8.3.1.1 Serão desclassificadas as propostas que:
 - a) Não obedecerem às condições estabelecidas no edital e apresentarem o preço dos itens em desacordo com o ato convocatório;



Estado de Santa Catarina



- b) Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou excessivos; Será considerado preço excessivo aquele que estiver acima do praticado no mercado ou acima do orçamento feito pela Prefeitura.
- 8.3.2 Classificação
- 8.3.2.1 As propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela comissão, que fará a **classificação do menor preço**, levando-se em conta exclusivamente o **MENOR PREÇO GLOBAL**;
 - a) A classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos;
 - b) No caso de empate, será assegurada preferência por bens produzidos por empresas brasileiras;
 - c) Persistindo o empate ocorrerá, para fins de desempate, sorteio.

9 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 9.1 Aos proponentes é assegurado o direito de interposição de Recurso Administrativo, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.
- 9.2 Os atos decorrentes desta licitação serão informados através da página eletrônica do Município de São Miguel da Boa Vista www.saomigueldaboavista.sc.gov.br.
- 9.3 Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de 05 (cinco) dias, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.
- 9.4 As proponentes que não se fizerem presentes na Abertura dos envelopes contendo a Documentação de habilitação, renunciam ao prazo recursal previsto no artigo 109 da Lei 8.666/93, passando automaticamente para a proposta de preço.
- 9.4.1 As proponentes que não se fizerem presentes na Abertura dos envelopes contendo a proposta de preços, renunciam ao prazo recursal desta fase, previsto no artigo 109 da Lei 8.666/93, passando automaticamente para a próxima fase.
- 9.5 Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Rua São Luiz, nº. 210 Centro São Miguel da Boa Vista/SC.
- 9.6 Improvidos os recursos, o Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante declarado vencedor, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

10 - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- 10.1 Homologado o resultado pelo Município, e comunicado à proponente vencedora o mesmo terá o prazo, máximo, de 05 (cinco) dias para comparecer no Departamento de Licitações desta Prefeitura para assinar o Contrato, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 10.2 Nos termos do § 2º do artigo 64 da Lei nº. 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de compra, no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação, independentemente da cominação estabelecida pelo artigo 81 da legislação citada.
- 10.3 A recusa injustificada do vencedor do certame em assinar o termo contratual no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas na minuta do contrato em anexo.
- 10.4 O termo contratual terá vigência contada da sua assinatura até 31/08/2023, sendo que o prazo de execução será de no máximo 120 dias contados da emissão da Ordem de Serviço. Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados, por interesse da administração pública, quando devidamente justificado e aceito, observados os termos da legislação vigente.



Estado de Santa Catarina



11 - DAS GARANTIAS

- 11.1 As empresas licitantes ficam dispensadas de apresentarem garantia quando da entrega das propostas (artigo 31, inciso III da Lei nº. 8.666/93).
- 11.2 Como garantia do contrato, resta estipulado que as empresas vencedoras ficam dispensadas da apresentação de garantia, quando da assinatura do mesmo.

12 - DOS ENCARGOS

- 12.1 Incumbe a Administração Municipal:
- I Fiscalizar através do Secretário Municipal de Estradas e Rodagens, Sr. Sandro José Petter, conforme decreto 31/2017, e do responsável pelo setor de engenharia do município, ora nominados fiscais do contrato podendo no caso de não haver engenheiro no município, ser solicitado a AMERIOS apoio técnico para a medição e fiscalização, a execução efetiva do objeto licitado, qualidade dos serviços, bem como atestar sobre as notas fiscais/faturas a qualidade do objeto, fazendo cumprir todas as normas deste edital.
- II Efetuar os pagamentos à Contratada através do departamento financeiro.
- III Quando necessário, aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.
- IV É vedado ao Município executar qualquer tipo de serviço inerente à contratação, da mesma forma é vedado à utilização de equipamentos, pessoais, veículos e máquinas do Município.
- V Recusar os serviços/objetos licitados que não atenderem as especificações contidas no Edital e no Contrato.
- VI Não efetuar o pagamento da obra que estiver em desacordo com o contido no Edital ou no memorial descritivo, no orçamento e no projeto de engenharia e, também, que apresentar quaisquer tipos de problema e defeito detectado pela fiscalização do Contrato, até que a mesma não seja regularizada.
- 12.2 **Incumbe à Contratada**, além de atender e cumprir todas as cláusulas e condições contidas no Edital e seus Anexos:
- I Realizar a execução e entrega do objeto da presente licitação nos prazos e condições previstos.
- II Não subcontratar, total e/ou parcialmente, o objeto deste Edital e do Contrato.
- III Contratar, dirigir e fiscalizar, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução das obras, correndo por sua conta toda responsabilidade quanto os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária.
- IV Dotar seus empregados de Equipamentos de Proteção Individual (segurança), quando necessário, conforme preceituado pelas Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como a todos componentes de suas equipes de trabalho ou aqueles que por qualquer motivo estejam envolvidos com os serviços objeto do presente Contrato.
- V Efetuar o pagamento de seus empregados no prazo da Lei, independentemente do recebimento da fatura.
- VI Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, especialmente o INSS, FGTS e ISS.
- VII Assumir, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza cível, criminal, trabalhista, social, previdenciária, fiscal, comercial, tributária e administrativa decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, incluindo os atos e atitudes de seus prepostos.
- VIII Fornecer e aplicar todo o material e equipamento necessários à execução da obra contratada, empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e obedecendo rigorosamente ao Projeto de Engenharia fornecido pelo Município Contratante.
- IX Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência aos fiscais do Contrato do Município Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.
- X Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio do Município Contratante e/ou terceiros, por pessoas integrantes de sua equipe de trabalho.



Estado de Santa Catarina



- XI Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XII Reforçar a sua equipe de técnicos nas obras e/ou serviços, se ficar constatada insuficiência da mesma, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto.
- XIII Retirar do local da obra e/ou serviço todo e qualquer material que for rejeitado em inspeção feita pelos fiscais do Município Contratante.
- XIV Manter, durante a execução das obras e/ou serviços, a vigilância dos mesmos, a proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega á Contratante.
- XV Executar e refazer os reparos que se fizerem necessários, sob sua responsabilidade e custo, independentemente de sanções cabíveis que vierem a ser aplicadas.
- XVI Desmanchar e refazer, no prazo fixado e sem ônus para o Município Contratante, os serviços não aceitos pelos fiscais do contrato, quando for constatado o emprego de material inadequado ou execução imprópria do serviço à vista das especificações respectivas.
- XVII Proceder, no final das obras e/ou serviços à desmobilização das instalações provisórias, limpeza e remoção de todo material indesejável.
- XVIII Reforçar o seu parque de equipamento se for constatada a inadequação para realizar os serviços de acordo com o cronograma e/ou se, em virtude de atraso, for necessário este aumento do equipamento para recuperação do tempo perdido.
- XIX Permitir e facilitar aos fiscais do Contrato a inspeção ao local da obra e/ou serviço em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados, relacionados com os serviços contratados.
- XX Não permitir que seu pessoal ou equipamento ingressem em propriedades de terceiros, sem antes certificar-se de que o Município Contratante já está devidamente autorizada pelos respectivos proprietários, respondendo a Contratada civil e criminalmente por todos e quaisquer danos a que seu procedimento der causa.
- XXI O acompanhamento tecnológico ficará a cargo da Contratada, independentemente da atividade fiscalizadora do Órgão, cabendo ao Município Contratante o fornecimento dos projetos.
- XXII Manter reserva quanto aos Projetos, especificações e desenhos relativos à obra apenas sendo-lhe facultado fornecê-los a terceiros, para qualquer fim, mediante prévia e expressa autorização do Município Contratante.
- XXIII Eximir o Município Contratante por qualquer responsabilidade, face à utilização de técnicas, materiais, equipamentos, métodos ou processos adotados durante a execução da obra contratada.
- XXIV Cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais pertinentes aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente relativamente às legislações em nível federal, estadual e municipal.
- XXV Além da organização da equipe de segurança, prever recursos para socorro imediato e para a remoção de eventuais acidentados ao ambulatório e/ou hospital.
- XXVI A constatação de qualquer procedimento irregular pela Contratada implicará na retenção dos pagamentos devidos pela Contratante, até que seja feita a regularização.
- XXVII A contratada deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) da execução da obra de forma discriminada, no prazo, máximo, de 10 (dez) dias consecutivos, após a emissão da Ordem de Serviço.
- XXVIII A empresa vencedora no certame, antes do início das obras, deverá obrigatoriamente apresentar CNO da obra.
- XXIX A empresa compromete-se por cinco anos pelos consertos e reparos necessários que forem relacionados a mau funcionamento e ocasionados por má execução, referente a garantia da obra, que é de 5 anos. (Código Civil Art. 618).
- XXX Antes de receber a parcela residual do valor do contrato (pagamento da última parcela) a Contratada deverá apresentar comprovante de quitação da CND da obra licitada e demais encargos



Estado de Santa Catarina



trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da obra licitada, especialmente o INSS, FGTS e ISS.

- XXXI Para a execução da obra, a Contratada deverá utilizar materiais devidamente licenciados pelo Órgão Ambiental competente.
- XXXII Para fins de comprovação da origem do material, a Contratada deverá apresentar aos fiscais do Contrato, nota fiscal de compra deste material, juntamente com a licença ambiental da empresa fornecedora.
- XXXIII Caso a pedra irregular seja extraída e fornecida pela própria Contratada, esta, deverá apresentar a licença ambiental, bem como, uma declaração fornecida por seu representante legal, onde conste claramente que o material será extraído e fornecido pela Contratada.
- XXXIV A Contratada deverá apresentar a documentação de licenciamento dos materiais no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, por interesse da administração pública, quando devidamente justificado, analisado e aceito pela fiscalização.
- XXXV A recusa, o atraso injustificável, bem como as justificativas não aceitas pela fiscalização para apresentação da documentação de licenciamento pela Contratada, implicará na aplicação das penalidades previstas no Contrato.

13 - DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO

- 13.1 A execução/entrega do objeto desta será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário da Pasta Municipal, Sr. <u>Sandro José Petter</u>, nos termos do decreto 31/2017, e pelo setor de engenharia do município, ora nominados fiscais do contrato, os quais deverão fiscalizar a entrega dos produtos licitados, exigir qualidade, o cumprimento dos prazos, fazendo cumprir todas as cláusulas deste Edital e do Contrato, aplicando as penalidades cabíveis em caso de necessidade, podendo no caso de não haver engenheiro no município, ser solicitado a AMERIOS apoio técnico para a medição e fiscalização.
- 13.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive trabalhista e perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 13.3 Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.
- 13.4 O prazo para execução da Obra será de, <u>no Máximo</u>, 120 dias, a contar da entrega da Ordem de serviços, podendo ser prorrogado única e exclusivamente pela ocorrência de casos fortuitos ou força maior, e com consentimento da administração municipal, sendo analisada a justificativa para tal ato, priorizando o interesse público, caso contrário não será prorrogado.
- 13.5 O prazo para início das correções dos itens apontados pela fiscalização do contrato será de **5** (cinco) dias, após a notificação.
- 13.6 A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste Edital, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

14 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será efetuado mediante disponibilidade de recursos financeiros, até o 10º dia útil após a liquidação, em moeda nacional, mediante Depósito Bancário, na proporção narrada no Boletim de medição da Obra, que deverá estar assinado pelo Engenheiro/fiscal da empresa vencedora e pelo(a) engenheiro(a) do Município e apresentação emissão de Nota Fiscal, atestada pelo Secretário da Pasta.

14.1.1 - Antes de efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, os servidores da área administrativa deverão verificar e certificar se a documentação entregue pela Contratada atende as cláusulas contidas no Edital e no Contrato.



Estado de Santa Catarina



- 14.2 A critério da Contratante, poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.
- 14.3 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.
- 14.4 O objeto licitado deve estar dentro das características solicitadas, sob pena de recusa, sem pagamento da respectiva nota fiscal correspondente.
- 14.5 O município reserva-se o direito de descontar (reter) do pagamento devido à contratada os valores decorrentes de tributos legalmente estabelecidos, a exemplo de ISS e INSS, entre outros.
- 14.6 O pagamento da última parcela estará condicionado a apresentação, pela empresa Contratada, da CND da obra.
- 14.7 As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta do projeto/atividade:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação	Descrição
2.029 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO	44900000000	Aplicações diretas.
PERÍMETRO URBANO		

15 - DAS PENALIDADES

- 15.1 A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.
- 15.2 Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:
- I Advertência;
- II Multas:
 - **a)** Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 10 (dez) dias;
 - **b)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a", aplicada em dobro na reincidência;
 - **c)** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato pela recusa injustificada em assinar o termo contratual, ou por rescisão unilateral por interesse ou culpa da contratada.
- III Rescisão contratual, nos seguintes casos:
 - **a)** Por ato unilateral escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
 - **b)** Amigavelmente, por acordo mútuo, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
 - c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente;
- IV Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal;
- 15.2.1 As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 15.2.2 As penalidades previstas inciso I da clausula 15.2 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.



Estado de Santa Catarina



- 15.2.3 O descumprimento, por parte da proponente vencedora, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao órgão licitante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;
- 15.2.4 Fica reservado ao órgão licitante o direito de rescindir total ou parcialmente o contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista à proponente vencedora, direito algum de reclamações ou indenização.
- 15.2.5 No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.
- 15.2.6 No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital e neste Contrato, bem como das demais cominações legais.
- 15.2.7 O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- 15.2.8 As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1 As normas que disciplinam este Certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.
- 16.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais poderá ser interpretado pela Comissão Municipal de Licitações podendo não importando no afastamento da licitante, conforme cada caso, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública de licitação.
- 16.3 É facultado a Comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 16.4 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
- 16.5 A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.
- 16.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura de São Miguel da Boa Vista/SC, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 16.7 O Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei n°. 8.666/93.
- 16.8 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do certame, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 16.9 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Maravilha/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.
- 16.10 Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos locais e horários anteriormente estabelecidos.



Estado de Santa Catarina



- 16.11 É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto que for adjudicado em consequência desta licitação.
- 16.12 Os casos omissos poderão ser resolvidos pela Comissão Municipal de Licitação, obedecendo as leis vigentes.
- 16.13 Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I - HABILITAÇÃO.

ANEXO II - TERMO REFERENCIA

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO

ANEXO V - MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

ANEXO VII - MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS (ARQUIVOS DIGITAIS)

ANEXO VIII - INFORMAÇÕES DO RESPONSÁVEL PARA CONTATO

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE USO DOS MATERIAIS

ANEXO X - MINUTA DE CONTRATO

17 - DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

17.1 - Este Processo Licitatório será afixado para conhecimento e consulta dos interessados no Mural Público da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no site do Município, e outros.

17.2 - Maiores esclarecimentos, avisos e o edital poderão ser obtidos no Setor de Compras e Licitações, no endereço mencionado no preâmbulo, e estará disponível no sitio eletrônico http://www.saomigueldaboavista.sc.gov.br, e-mail licitação@saomigueldaboavista.sc.gov.br em horário de expediente das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, até o último dia previsto para entrega dos envelopes.

São Miguel da Boa Vista/SC, 22 de fevereiro de 2023.

VANDERLEI BONALDO Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2023 MODALIDADE: Tomada de Preços



Estado de Santa Catarina



ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2023 MODALIDADE: Tomada de Preços

Para o presente Processo Licitatório, serão necessários a apresentação dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser apresentados em original ou devidamente autenticados por Cartório ou por servidor público municipal.

pai.
L CANDI
ova de Inscrição no CNPJ.
omprovante de regularidade para com o FGTS.
omprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da
npresa.
omprovante de regularidade para com a Fazenda Federal.
omprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da
npresa.
ertidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.
ertidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) emitida pela
ONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO.
1
ertificado de Registro Cadastral, do Município de São Miguel da Boa
sta/SC, com validade na data da apresentação e emitido até o terceiro dia útil
nterior a data de recebimento das propostas (se o mesmo foi apresentado no
edenciamento, será dispensado a apresentação na habilitação).
MICO-FINANCEIRO
ertidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da
ede da pessoa jurídica. Considerando a implantação do sistema e-Proc no
oder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º/4/2019, a certidão de
alência, Concordata e Recuperação Judicial" deverá ser solicitada tanto no
stema e-Proc quando no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas
onjuntamente, caso contrário não terão validade. Para licitantes de outros
stados, verificar na certidão a exigência de documentação complementar para
!!-
ılidação.
ilidação.
omprovante de Registro ou inscrição na entidade profissional competente da
omprovante de Registro ou inscrição na entidade profissional competente da
omprovante de Registro ou inscrição na entidade profissional competente da essoa Jurídica (empresa).
omprovante de Registro ou inscrição na entidade profissional competente da essoa Jurídica (empresa). omprovante de Registro ou inscrição na entidade profissional competente do ofissional (Pessoa Física) do profissional que acompanhará e será sponsável técnico pela obra.
omprovante de Registro ou inscrição na entidade profissional competente da essoa Jurídica (empresa). omprovante de Registro ou inscrição na entidade profissional competente do ofissional (Pessoa Física) do profissional que acompanhará e será sponsável técnico pela obra. ste profissional de nível superior, deverá possuir vínculo com a empresa
omprovante de Registro ou inscrição na entidade profissional competente da essoa Jurídica (empresa). omprovante de Registro ou inscrição na entidade profissional competente do ofissional (Pessoa Física) do profissional que acompanhará e será sponsável técnico pela obra. ste profissional de nível superior, deverá possuir vínculo com a empresa itante, até a data prevista para entrega da proposta, devendo o mesmo ser
omprovante de Registro ou inscrição na entidade profissional competente da essoa Jurídica (empresa). omprovante de Registro ou inscrição na entidade profissional competente do ofissional (Pessoa Física) do profissional que acompanhará e será sponsável técnico pela obra. ste profissional de nível superior, deverá possuir vínculo com a empresa



Estado de Santa Catarina

Capacidade Técnica

Comprovação de que a licitante possui, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, por execução de obra ou serviço de características compatíveis ou superiores ao objeto licitado, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico – CAT. Este profissional de nível superior, deverá possuir vínculo com a empresa licitante, até a data prevista para entrega da proposta, devendo a mesmo ser comprovada documentalmente, podendo ser através de contrato, carteira de trabalho, ou o mesmo ser sócio/proprietário da mesma.

Atestado

Atestado de Visita Técnica:

Para a emissão do Atestado, os licitantes interessados deverão visitar o local da obra até o último dia útil anterior à data de recebimento das propostas, devendo ser agendado horário com no mínimo 2 dias úteis de antecedência à data de recebimento das propostas, com o Secretario de Estradas e Rodagens Sandro José Petter, por meio do telefone (49) 3667-0050, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. A visita poderá ser realizada pelo sócio proprietário da empresa, ou por Responsável Técnico legalmente vinculado, ou por representante legal da empresa que deverá possuir procuração com firma reconhecida, acompanhado com Contrato Social da empresa e documentos pessoais.

Esta visita técnica justifica-se, pela possibilidade dos licitantes terem plena noção dos locais onde serão executados os serviços, tomando conhecimento das condições ambientais, técnicas, do grau de dificuldades dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução do objeto do presente edital. Este Atestado de visita deverá ser entregue junto da Documentação de Habilitação – Envelope nº 01.

<u>Ou</u>

Declaração de Responsabilidade:

Caso opte por não realizar a visita, a mesma deverá apresentar Declaração de Responsabilidade, não podendo deixar de executar a obra nos termos e condições pactuados e deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este Município (conforme modelo sugestivo no anexo VI). Esta Declaração, deverá ser entregue junto da Documentação de Habilitação – Envelope nº 01



Estado de Santa Catarina



ANEXO II

TERMO REFERÊNCIA

1.1 OBJETO: Contratação de empresa para execução, sob regime de empreitada global DA PAVIMENTAÇÃO EM CALÇAMENTO NA LINHA CASSOL - TRECHO I, COM ÁREA TOTAL DE 2.158,70m², conforme projeto, memorial descritivo, orçamento e demais anexos constantes no edital.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do produto	Valor Total Máximo
01	01	Obra	Execução de pavimentação em calçamento na	R\$ 214.057,11
			linha Cassol – trecho I, com área de 2.158,70m²,	
			compreendendo terraplenagem, drenagem	
			pluvial, sinalização e calçamento, com	
			fornecimento dos materiais, conforme descrição	
			e valores máximos descritos em projeto anexo a	
			este edital, elaborado pela AMERIOS.	

2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 – Considerando importância da execução do projeto para a comunidade de Linha Cassol, e considerando a liberação de recursos financeiros por parte do Estado, com contrapartida do município, justificamos a realização do processo licitatório – Tomada de Preços para contratação de empresa para execução dos serviços com fornecimento do material.

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 3.1. Os serviços serão prestados conforme indicado em projeto, elaborado pelo setor de engenharia da AMERIOS e acompanhado pelos fiscais do contrato.
- 3.2. O objeto do presente termo de referência será acompanhado pelo Secretário de Estradas e Rodagens e pelo setor de engenharia do Município para efeito de verificação da qualidade, quantidade e da sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 3.3. O objeto do presente termo de referência poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo estipulado no edital, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4 – FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1 A execução do objeto desta será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Estradas e Rodagens, Sandro J. Petter e pelo setor de engenharia do município e o AMERIOS.
- 4.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 4.3 Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

5 - DOS ENCARGOS

- 5.1 Incumbe a Administração Municipal:
- I Fiscalizar através do Secretário Municipal de Estradas e Rodagens, Sandro J. Petter e pelo setor de engenharia do município e o AMERIOS.nos termos do Decreto Municipal nº. 31/2017, ora nominado fiscal do contrato, a execução efetiva do objeto licitado, qualidade dos serviços, bem como atestar sobre



Estado de Santa Catarina



as notas fiscais/faturas a qualidade do objeto, fazendo cumprir todas as normas deste edital.

- II Efetuar os pagamentos à Contratada através do departamento financeiro.
- III Quando necessário, aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.
- 5.2 **Incumbe à Contratada**, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:
- I Realizar a execução e entrega do objeto da presente licitação nos prazos e condições previstos neste Contrato.
- II Não subcontratar, total e/ou parcialmente, o objeto deste Edital e do Contrato.
- III Contratar, dirigir e fiscalizar, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução das obras, correndo por sua conta toda responsabilidade quanto os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária.
- IV Dotar seus empregados de Equipamentos de Proteção Individual (segurança), quando necessário, conforme preceituado pelas Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como a todos componentes de suas equipes de trabalho ou aqueles que por qualquer motivo estejam envolvidos com os serviços objeto do presente Contrato.
- V Efetuar o pagamento de seus empregados no prazo da Lei, independentemente do recebimento da fatura.
- VI Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, especialmente o INSS, FGTS e ISS.
- VII Assumir, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza cível, criminal, trabalhista, social, previdenciária, fiscal, comercial, tributária e administrativa decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, incluindo os atos e atitudes de seus prepostos.
- VIII Fornecer e aplicar todo o material e equipamento necessários à execução da obra contratada, empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e obedecendo rigorosamente ao Projeto de Engenharia fornecido pelo Município Contratante.
- IX Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência aos fiscais do Contrato do Município Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.
- X Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio do Município Contratante e/ou terceiros, por pessoas integrantes de sua equipe de trabalho.
- XI Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XII Reforçar a sua equipe de técnicos nas obras e/ou serviços, se ficar constatada insuficiência da mesma, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto.
- XIII Retirar do local da obra e/ou serviço todo e qualquer material que for rejeitado em inspeção feita pelos fiscais do Município Contratante.
- XIV Manter, durante a execução das obras e/ou serviços, a vigilância dos mesmos, a proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega á Contratante.
- XV Executar e refazer os reparos que se fizerem necessários, sob sua responsabilidade e custo, independentemente de sanções cabíveis que vierem a ser aplicadas.
- XVI Desmanchar e refazer, no prazo fixado e sem ônus para o Município Contratante, os serviços não aceitos pelos fiscais do contrato, quando for constatado o emprego de material inadequado ou execução imprópria do serviço à vista das especificações respectivas.
- XVII Proceder, no final das obras e/ou serviços à desmobilização das instalações provisórias, limpeza e remoção de todo material indesejável.
- XVIII Reforçar o seu parque de equipamento se for constatada a inadequação para realizar os serviços de acordo com o cronograma e/ou se, em virtude de atraso, for necessário este aumento do equipamento para recuperação do tempo perdido.
- XIX Permitir e facilitar aos fiscais do Contrato a inspeção ao local da obra e/ou serviço em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados, relacionados com os serviços contratados.



Estado de Santa Catarina



- XX Não permitir que seu pessoal ou equipamento ingressem em propriedades de terceiros, sem antes certificar-se de que o Município Contratante já está devidamente autorizada pelos respectivos proprietários, respondendo a Contratada civil e criminalmente por todos e quaisquer danos a que seu procedimento der causa.
- XXI O acompanhamento tecnológico ficará a cargo da Contratada, independentemente da atividade fiscalizadora do Órgão, cabendo ao Município Contratante o fornecimento dos projetos.
- XXII Manter reserva quanto aos Projetos, especificações e desenhos relativos à obra apenas sendo-lhe facultado fornecê-los a terceiros, para qualquer fim, mediante prévia e expressa autorização do Município Contratante.
- XXIII Eximir o Município Contratante por qualquer responsabilidade, face à utilização de técnicas, materiais, equipamentos, métodos ou processos adotados durante a execução da obra contratada.
- XXIV Cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais pertinentes aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente relativamente às legislações em nível federal, estadual e municipal.
- XXV Além da organização da equipe de segurança, prever recursos para socorro imediato e para a remoção de eventuais acidentados ao ambulatório e/ou hospital.
- XXVI A constatação de qualquer procedimento irregular pela Contratada implicará na retenção dos pagamentos devidos pela Contratante, até que seja feita a regularização.
- XXVII A contratada deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) da execução da obra de forma discriminada, no prazo, máximo, de 10 (dez) dias consecutivos, após a emissão da Ordem de Serviço.
- XXVIII A empresa vencedora no certame, antes do início das obras, deverá obrigatoriamente apresentar a CI da obra.
- XXIX A empresa compromete-se por cinco anos pelos consertos e reparos necessários que forem relacionados a mau funcionamento e ocasionados por má execução, referente a garantia da obra, que é de 5 anos. (Código Civil Art. 618).

6 - DO PAGAMENTO

- 6.1 O pagamento será efetuado mediante disponibilidade de recursos financeiros, até o 10º dia útil após a liquidação, em moeda nacional, mediante Depósito Bancário, na proporção narrada no Boletim de medição da Obra, que deverá estar assinado pelo Engenheiro/fiscal da empresa vencedora e pelo(a) engenheiro(a) do Município e apresentação emissão de Nota Fiscal, atestada pelo Secretário da Pasta.
- 6.2 A critério da Contratante, poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.
- 6.3 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

7 - DAS GARANTIAS

7.1 - As empresas licitantes ficam dispensadas de apresentarem garantia quando da entrega das propostas (artigo 31, inciso III da Lei nº. 8.666/93).

8 - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

8.1 - A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.



Estado de Santa Catarina



8.2 - Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multas:

- **a)** Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 10 (dez) dias;
- **b)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a", aplicada em dobro na reincidência;
- **c)** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato pela recusa injustificada em assinar o termo contratual, ou por rescisão unilateral por interesse ou culpa da contratada.

III – Rescisão contratual, nos seguintes casos:

- **a)** Por ato unilateral escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- **b)** Amigavelmente, por acordo mútuo, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente;
- IV Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal;
- 8.2.1 As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 8.2.2 As penalidades previstas inciso I da clausula 8.2 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.
- 8.2.3 O descumprimento, por parte da proponente vencedora, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao órgão licitante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;
- 8.2.4 Fica reservado ao órgão licitante o direito de rescindir total ou parcialmente o contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista à proponente vencedora, direito algum de reclamações ou indenização.
- 8.2.5 No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.
- 8.2.6 No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital e neste Contrato, bem como das demais cominações legais.
- 8.2.7 O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- 8.2.8 As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

São Miguel da Boa Vista/SC, 11 de janeiro de 2023.



Estado de Santa Catarina

Sandro J Petter
Sec de Estradas e Rodagens

VANDERLEI BONALDO

PREFEITO MUNICIPAL

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.



Estado de Santa Catarina

ANEXO III

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2023 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO E DO TRABALHO DO MENOR

Α	(nome do licitante), inscrita no Ch	IPJ sob n°,
com sede à,,	na cidade de	, por intermédio de seu
representante legal, o (a) Sr.(a)		_, infra-assinado, portador(a) da
Carteira de Identidade n°	e do CPF n°	, para os
devidos fins de direito de participaç	ção no Processo Licitatório n°	_/2023, DECLARA expressamente
que:		
a) Até a presente data, inexistem	fatos supervenientes impeditivos	para sua habilitação no presente
certame licitatório, ou que com	prometam a idoneidade da	proponente, estando ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrên	cias posteriores.	
b) Não emprega menores de dezoi	to anos em trabalho noturno, per	igoso ou insalubre ou menores de
dezesseis anos, em qualquer traba	ılho, salvo na condição de apren	diz, a partir de quatorze anos, em
cumprimento ao que determina a Le	i e este Edital.	
(Local e data)	, em de	2023.
	Nome e Assinatura	
Representa	ante Legal e Carimbo Da Empresa	(se tiver).

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitações, na realização do CREDÊNCIAMENTO, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração, exigida no Edital, implicará o não recebimento, por parte da Comissão, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.



Estado de Santa Catarina



ANEXO IV

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2023 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO.

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO

A	(nome do licitante), in	scrita no Cl	NPJ sob nº
com sede à, _	na cidade de		, por intermédio de seu
representante legal, o (a) Sr.	(a)		, infra-assinado, portador(a) da
Carteira de Identidade n°	e (do CPF n°	, para os
devidos fins de direito de partici	pação no Processo Licit	atório n°	/2023, DECLARA expressamente
que cumpre plenamente os requi	sitos de habilitação exigi	dos no Edita	al em epígrafe.
(Local e data)	, em _	de	2023.
	Nome e Assina	atura	
Repres	entante Legal e Carimbo		a (se tiver)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitações, na realização do CREDÊNCIAMENTO, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.

2) A não-entrega desta Declaração e documentos, exigidos no Edital, implicará o não recebimento, por parte da Comissão, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.



Estado de Santa Catarina

ANEXO V

MODELO ATESTADO DE VISITA

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

(Obs.: Inserir esta Declaração no envelope de documentos de habilitação).

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2023 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO.

ATESTADO DE VISITA

Atesto que a empresa					
, ntermédio do(a) Sr.(a) _ de DA PAVIMENTAÇÃO 2.158,70m², no Municípi	EM CALÇAMEN	TO NA LINHA (, visitou o local CASSOL - TRECH	para execução O I, COM ÁRE	o dos serviços EA TOTAL DE
projeto básico, anexo Procedimento Licitatório peculiaridades inerentes navendo, portanto, nenhodos os detalhes.	n/2023, na m à natureza dos tr	nodalidade de T abalhos, receb	omada de Preços endo as informaçõ	, constando as es técnicas pe	s condições e ertinentes, não
_ocal e data:					
	· ·	(Nome e Assina Responsável L	,		



Estado de Santa Catarina

ANEXO VI

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2023 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Razão	Social	da	Empresa)					,	inscrita	no	CNPJ	sob	'n
			, com sede	e à		,	na cidade	de _				,	ро
			presentante										
devidos fi esponsat natureza	ns de q oilidade do trab	ue ná pela alho,	ão deixará de mesma, que que assum nentos futuros	e execu e tem p e total	itar a obra bleno conhe responsab	nos te ecimei ilidade	rmos e cond nto das cond e por este fa	diçõe diçõe ato	es pactua es e pecu e que nã	dos, ıliarid o uti	que assi lades ine lizará de	ume to erente este p	ota es à ara
Local e d	ata)					-							
NOME E	ASSINA	ATUF				-							
			e Carimbo da	a Empre	esa (se tive	er).							
Obs.: Ins	serir es	ta De	eclaração no	o envel	ope de do	cume	ntos de hab	oilita	ıcão).				



Estado de Santa Catarina



ANEXO VII

MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS (ARQUIVOS DIGITAIS)

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2023 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO.

MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO BÁSICO

O Projeto Básico é de autoria e responsabilidade do Setor de Engenharia da Associação de Municípios do Entre Rios - AMERIOS, sendo que os memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e projetos complementares que compõem os mesmos estão disponíveis para download na página eletrônica do Município de São Miguel da Boa Vista (www.saomigueldaboavista.sc.gov.br), juntamente com arquivo que contém este edital.

Informações complementares sobre os projetos básicos poderão ser solicitadas junto à Secretaria de Administração e Fazenda do Município, situado à Rua São Luiz, nº. 210, centro, na cidade de São Miguel da Boa Vista/SC, ou pelo telefone (49) 3667-0050.



Estado de Santa Catarina



ANEXO VIII

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2023 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO.

RESPONSÁVEL PARA CONTATO

Α	(nome do	licitante),	inscrita no	o CNPJ sob n
	, com sede na cidade d	de		, po
ntermédio de seu representante				
assinado, portador(a) do CPF nº		,	informa que	o(a) Sr.(a) abaixo
dentificado, será o(a) responsável	pelos contatos necessár	ios entre a	licitante e o	Município, estando
apto a encaminhar, resolver, respo	onder, e proceder demais	atos neces	sários que es	tejam vinculados a
este Processo Licitatório, inclusiv	ve aqueles relacionados	a contrata	ıção, execuç	ão e fiscalização
possuindo vínculo com a licitante	, e que em caso de alte	ração do re	esponsável, e	e/ou dos dados de
contato abaixo relacionados, esta	licitante se compromete	em atualiza	ar o Municíp	io com as devidas
nformações.				
Responsável:				
Nome:				
CPF:				
Dados para Contato:				
E-mail:				
Telefone:				
Local e data)	, em	_ de		2023.
	Nome e Assinatur	а		
Represen	tante Legal e Carimbo Da	Empresa (s	e tiver)	

OBS.: 1) Estas informações deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitações, preferencialmente quando da realização do CREDÊNCIAMENTO, separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação, podendo ser de próprio punho.

2) A não-entrega destas informações no ato do credenciamento, não caracteriza motivo para inabilitação, nem mesmo impedem a realização do credenciamento, podendo a licitante realizar a entrega dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação, e, participar do certame, sendo que a mesma deverá apresentar tais informações ao final do Processo Licitatório.



Estado de Santa Catarina

ANEXO IX

LICITANTE: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

CNPJ: 80.912.124/0001-82

PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2023 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO.

DECLARAÇÃO DO USO DE MATERIAIS

Α	_(nome do lici	tante), inscrita n	o CNPJ sob nº
, com sede	na cidade de		, por
intermédio de seu representante legal, o (a	Sr.(a)		, infra-
assinado, portador(a) do CPF n°		, declara expre	essamente, que tem
ciência e cumpre aos seguintes requisitos:			
 Tem conhecimento da legislação ambien 	tal em vigor;		
Tem conhecimento da obrigatoriedade d	a utilização (no q	que couber), de ma	teriais devidamente
licenciados, extraídos em conformida	ade com as n	ormas ambientais	, assumindo total
responsabilidade em comprovar a orige	m destes materia	is, apresentando n	os termos e prazos
do Edital as devidas comprovações, por	meio de todas as	licenças que forem	necessárias.
Tem conhecimento de que o desatendir	nento das condiçõ	ões do Edital, bem	como, das normas
ambientais, será passível de aplicação d	as penalidades pr	evistas nestas legis	slações.
Responsável:			
Nome:			
(1 1 d-4-)			0000
(Local e data)	, em de _		2023.
Nome	e Assinatura		
Representante Legal e		resa (se tiver)	



Estado de Santa Catarina

ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. /2023. Contrato de Prestação de Serviço.

São Li	uiz nº 2		rito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato rej	presentado		
			El BONALDO, brasileiro, casado, prefeito, inscrito no (•	•	
			de nº. 4.188.341-SESPDC/SC, residente e domiciliado			
			liguel da Boa Vista/SC e Comarca de Maravilha/SC			
	RATANTE				abelecida	na
00.111	0 (17 (17 12		a empresa, CEP	, oo	Município	de
		, Estado		, }.	Mamorpio	
inscriçã		•	sob o n°, neste ato re	epresentad	o pelo	, Sr.
3			, brasileiro, residente e domiciliado na			
		, CEP				
			, inscrito no CPFe			
dorava	nte denoi	minado	de CONTRATADA, resolvem contratar o objeto do pr	resente, ei	m consonâ	ncia
com a	Lei nº. 8.	666/93	atualizada pela Lei nº. 8.883/94, a Lei Complementar	nº. 123/06	6, o Projeto	o de
Engenl	naria e Ed	lital do P	rocesso Licitatório nº. 05/2023, e as cláusulas que segu	uem:		
01 411						
		MACIDA	DO OR IETO			
CLAUS	SULA PR	MEIRA	- DO OBJETO			
			- DO OBJETO a para execução, sob regime de empreitada global D	OA PAVIMI	ENTAÇÃO	EM
Contra	tação de	empresa			_	
Contrat	tação de AMENTO	empresa NA LIN	a para execução, sob regime de empreitada global D		_	
Contrat	tação de AMENTO	empresa NA LIN	a para execução, sob regime de empreitada global D IHA CASSOL - TRECHO I, COM ÁREA TOTAL D	E 2.158,7	_	rme
Contra CALÇA projeto	tação de AMENTO , memoria	empresa NA LIN	a para execução, sob regime de empreitada global D IHA CASSOL - TRECHO I, COM ÁREA TOTAL D ivo, orçamento e demais anexos constantes no edital.	E 2.158,7	0m² , confo	rme
Contrate CALÇA projeto	tação de AMENTO , memoria Quant.	empresa NA LIN al descrit Unid.	a para execução, sob regime de empreitada global DIHA CASSOL - TRECHO I, COM ÁREA TOTAL DIIVO, orçamento e demais anexos constantes no edital. Descrição do produto	E 2.158,7	0m², confo	rme
Contrate CALÇA projeto	tação de AMENTO , memoria Quant.	empresa NA LIN al descrit Unid.	a para execução, sob regime de empreitada global DIHA CASSOL - TRECHO I, COM ÁREA TOTAL DIVO, orçamento e demais anexos constantes no edital. Descrição do produto Execução de pavimentação em calçamento na	E 2.158,7	0m², confo	rme
Contrate CALÇA projeto	tação de AMENTO , memoria Quant.	empresa NA LIN al descrit Unid.	a para execução, sob regime de empreitada global DIHA CASSOL - TRECHO I, COM ÁREA TOTAL Divo, orçamento e demais anexos constantes no edital. Descrição do produto Execução de pavimentação em calçamento na linha Cassol – trecho I, com área de 2.158,70m²,	E 2.158,7	0m², confo	rme
Contrate CALÇA projeto	tação de AMENTO , memoria Quant.	empresa NA LIN al descrit Unid.	a para execução, sob regime de empreitada global DIHA CASSOL - TRECHO I, COM ÁREA TOTAL Divo, orçamento e demais anexos constantes no edital. Descrição do produto Execução de pavimentação em calçamento na linha Cassol – trecho I, com área de 2.158,70m², compreendendo terraplenagem, drenagem	E 2.158,7	0m², confo	rme
Contrate CALÇA projeto	tação de AMENTO , memoria Quant.	empresa NA LIN al descrit Unid.	a para execução, sob regime de empreitada global DIHA CASSOL - TRECHO I, COM ÁREA TOTAL Divo, orçamento e demais anexos constantes no edital. Descrição do produto Execução de pavimentação em calçamento na linha Cassol – trecho I, com área de 2.158,70m², compreendendo terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização e calçamento, com	E 2.158,7	0m², confo	rme
Contrate CALÇA projeto	tação de AMENTO , memoria Quant.	empresa NA LIN al descrit Unid.	a para execução, sob regime de empreitada global DIHA CASSOL - TRECHO I, COM ÁREA TOTAL Divo, orçamento e demais anexos constantes no edital. Descrição do produto Execução de pavimentação em calçamento na linha Cassol – trecho I, com área de 2.158,70m², compreendendo terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização e calçamento, com fornecimento dos materiais, conforme descrição	E 2.158,7	0m², confo	rme
Contrate CALÇA projeto	tação de AMENTO , memoria Quant.	empresa NA LIN al descrit Unid.	a para execução, sob regime de empreitada global DIHA CASSOL - TRECHO I, COM ÁREA TOTAL Divo, orçamento e demais anexos constantes no edital. Descrição do produto Execução de pavimentação em calçamento na linha Cassol – trecho I, com área de 2.158,70m², compreendendo terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização e calçamento, com fornecimento dos materiais, conforme descrição e valores máximos descritos em projeto anexo a	E 2.158,7	0m², confo	rme
Contrate CALÇA projeto	tação de AMENTO , memoria Quant.	empresa NA LIN al descrit Unid.	a para execução, sob regime de empreitada global DIHA CASSOL - TRECHO I, COM ÁREA TOTAL Divo, orçamento e demais anexos constantes no edital. Descrição do produto Execução de pavimentação em calçamento na linha Cassol – trecho I, com área de 2.158,70m², compreendendo terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização e calçamento, com fornecimento dos materiais, conforme descrição e valores máximos descritos em projeto anexo a	E 2.158,7	0m², confo	rme
Contra CALÇA projeto Item 01	tação de AMENTO , memoria Quant. 01	empresa NA LIN al descrit Unid. Obra	a para execução, sob regime de empreitada global DIHA CASSOL - TRECHO I, COM ÁREA TOTAL Divo, orçamento e demais anexos constantes no edital. Descrição do produto Execução de pavimentação em calçamento na linha Cassol – trecho I, com área de 2.158,70m², compreendendo terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização e calçamento, com fornecimento dos materiais, conforme descrição e valores máximos descritos em projeto anexo a	E 2.158,7	0m², confo	rme
Contra CALÇA projeto Item 01	tação de AMENTO , memoria Quant. 01	empresa NA LIN al descrit Unid. Obra	a para execução, sob regime de empreitada global DIHA CASSOL - TRECHO I, COM ÁREA TOTAL Divo, orçamento e demais anexos constantes no edital. Descrição do produto Execução de pavimentação em calçamento na linha Cassol – trecho I, com área de 2.158,70m², compreendendo terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização e calçamento, com fornecimento dos materiais, conforme descrição e valores máximos descritos em projeto anexo a este edital, elaborado pela AMERIOS.	E 2.158,7	0m², confo	rme
Contract CALÇA projeto Item 01	AMENTO, memoria Quant. 01	empresa NA LIN al descrit Unid. Obra	a para execução, sob regime de empreitada global DIHA CASSOL - TRECHO I, COM ÁREA TOTAL Divo, orçamento e demais anexos constantes no edital. Descrição do produto Execução de pavimentação em calçamento na linha Cassol – trecho I, com área de 2.158,70m², compreendendo terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização e calçamento, com fornecimento dos materiais, conforme descrição e valores máximos descritos em projeto anexo a este edital, elaborado pela AMERIOS. - DAS CONDICOES ECONOMICO-FINANCEIRAS 1 - DO PRECO al dos itens adjudicados à empresa é de	Valor T	Om², confo	rme
Contract CALÇA projeto Item 01	tação de AMENTO, memoria Quant. 01 SULA SEC	empresa NA LIN al descrit Unid. Obra	a para execução, sob regime de empreitada global DIHA CASSOL - TRECHO I, COM ÁREA TOTAL Divo, orçamento e demais anexos constantes no edital. Descrição do produto Execução de pavimentação em calçamento na linha Cassol – trecho I, com área de 2.158,70m², compreendendo terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização e calçamento, com fornecimento dos materiais, conforme descrição e valores máximos descritos em projeto anexo a este edital, elaborado pela AMERIOS. - DAS CONDICOES ECONOMICO-FINANCEIRAS 1 - DO PRECO	Valor T	Om², confo	rme

2 - DA FORMA DE PAGAMENTO

I - O pagamento será efetuado mediante disponibilidade de recursos financeiros, até o 10º dia útil após a liquidação, em moeda nacional, mediante Depósito Bancário, na proporção narrada no Boletim de medição da Obra, que deverá estar assinado pelo Engenheiro/fiscal da empresa vencedora e pelo(a) engenheiro(a) do Município e apresentação emissão de Nota Fiscal, atestada pelo Secretário da Pasta.



Estado de Santa Catarina



- II O Contratante se exime da obrigação de pagar pela obra que não estiver de acordo com o contido no Edital ou no memorial descritivo, no orçamento e no projeto de engenharia e, também, que apresentar quaisquer tipos de problema e defeito detectado pelo(a) engenheiro(a)/arquiteto(a) do Município e pelo Secretário da Pasta até que a mesma não seja regularizada.
- III A critério da Contratante, poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.
- IV A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.
- V O objeto licitado deve estar dentro das características solicitadas, sob pena da Contratada ser obrigada a refazer os serviços e, ainda, não receber o pagamento dos valores.
- VI O município reserva-se o direito de descontar (reter) do pagamento devido à contratada os valores decorrentes de tributos legalmente estabelecidos, a exemplo de ISS e INSS, entre outros.
- VII Antes de efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, os servidores da área administrativa deverão verificar e certificar se a documentação entregue pela Contratada atende as clausulas contidas neste Contrato e no Edital.
- VIII Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação e recebimento das obras.
- IX O pagamento da última parcela estará condicionado a apresentação, pela empresa Contratada, da CND da obra.
- X As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta da atividade:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação	Descrição
1.032 – Pavimentação de Estradas vicinais	44900000000	Aplicações diretas.

3 - DO REAJUSTAMENTO

3.1 - Os preços não sofrerão qualquer tipo de reajuste ou reequilíbrio financeiro, exceto no caso de aditamento de itens ou quantidades necessárias não contempladas pelo projeto técnico, norteadas através de laudo técnico do engenheiro responsável com as devidas justificativas da necessidade, passando pela apreciação e autorização da gestão do contrato.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGACOES DA CONTRATADA

Incumbe à Contratada, além das obrigações fixadas no Edital e seus Anexos:

- I Realizar a execução e entrega do objeto da presente licitação nos prazos e condições previstos neste Contrato.
- II Não subcontratar, total e/ou parcialmente, o objeto deste Contrato e do Edital.
- III Contratar, dirigir e fiscalizar, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução das obras, correndo por sua conta toda responsabilidade quanto os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária.
- IV Dotar seus empregados de Equipamentos de Proteção Individual (segurança), quando necessário, conforme preceituado pelas Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como a todos componentes de suas equipes de trabalho ou aqueles que por qualquer motivo estejam envolvidos com os serviços objeto do presente Contrato.
- V Efetuar o pagamento de seus empregados no prazo da Lei, independentemente do recebimento da fatura.
- VI Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, especialmente o INSS, FGTS e ISS.



Estado de Santa Catarina



- VII Assumir, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza cível, criminal, trabalhista, social, previdenciária, fiscal, comercial, tributária e administrativa decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, incluindo os atos e atitudes de seus prepostos.
- VIII Fornecer e aplicar todo o material e equipamento necessários à execução da obra contratada, empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e obedecendo rigorosamente ao Projeto de Engenharia fornecido pelo Município Contratante, bem como as cláusulas do Edital do Processo Licitatório 05/2023.
- IX Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência aos fiscais do Contrato do Município Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.
- X Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio do Município Contratante e/ou terceiros, por pessoas integrantes de sua equipe de trabalho.
- XI Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XII Reforçar a sua equipe de técnicos nas obras e/ou serviços, se ficar constatada insuficiência da mesma, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto.
- XIII Retirar do local da obra e/ou serviço todo e qualquer material que for rejeitado em inspeção feita pelos fiscais do Município Contratante.
- XIV Manter, durante a execução das obras e/ou serviços, a vigilância dos mesmos, a proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega á Contratante.
- XV Executar e refazer os reparos que se fizerem necessários, sob sua responsabilidade e custo, independentemente de sanções cabíveis que vierem a ser aplicadas.
- XVI Desmanchar e refazer, no prazo fixado e sem ônus para o Município Contratante, os serviços não aceitos pelos fiscais do contrato, quando for constatado o emprego de material inadequado ou execução imprópria do serviço à vista das especificações respectivas.
- XVII Proceder, no final das obras e/ou serviços à desmobilização das instalações provisórias, limpeza e remoção de todo material indesejável.
- XVIII Reforçar o seu parque de equipamento se for constatada a inadequação para realizar os serviços de acordo com o cronograma e/ou se, em virtude de atraso, for necessário este aumento do equipamento para recuperação do tempo perdido.
- XIX Permitir e facilitar aos fiscais do Contrato a inspeção ao local da obra e/ou serviço em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados, relacionados com os serviços contratados.
- XX Não permitir que seu pessoal ou equipamento ingressem em propriedades de terceiros, sem antes certificar-se de que o Município Contratante já está devidamente autorizada pelos respectivos proprietários, respondendo a Contratada civil e criminalmente por todos e quaisquer danos a que seu procedimento der causa.
- XXI O acompanhamento tecnológico ficará a cargo da Contratada, independentemente da atividade fiscalizadora do Órgão, cabendo ao Município Contratante o fornecimento dos projetos.
- XXII Manter reserva quanto aos Projetos, especificações e desenhos relativos à obra apenas sendo-lhe facultado fornecê-los a terceiros, para qualquer fim, mediante prévia e expressa autorização do Município Contratante.
- XXIII Eximir o Município Contratante por qualquer responsabilidade, face à utilização de técnicas, materiais, equipamentos, métodos ou processos adotados durante a execução da obra contratada.
- XXIV Cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais pertinentes aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente relativamente às legislações em nível federal, estadual e municipal.
- XXV Além da organização da equipe de segurança, prever recursos para socorro imediato e para a remoção de eventuais acidentados ao ambulatório e/ou hospital.
- XXVI A constatação de qualquer procedimento irregular pela Contratada implicará na retenção dos pagamentos devidos pela Contratante, até que seja feita a regularização.



Estado de Santa Catarina



- XXVII A contratada deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) da execução da obra de forma discriminada, no prazo, máximo, de 10 (dez) dias consecutivos, após a emissão da Ordem de Serviço.
- XXVIII A empresa vencedora no certame, antes do início das obras, deverá obrigatoriamente apresentar CNO da obra.
- XXIX A empresa compromete-se pelos consertos e reparos necessários que forem relacionados ao mau funcionamento e ocasionados por má execução, referente a garantia da obra, que é de 5 anos. (Código Civil art. 618).
- XXX Antes de receber a parcela residual do valor do contrato (pagamento da última parcela) a Contratada deverá apresentar comprovante de quitação da CND da obra licitada e demais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da obra licitada, especialmente o INSS, FGTS e ISS.
- XXXI Para a execução da obra, a Contratada deverá utilizar materiais devidamente licenciados pelo Órgão Ambiental competente.
- XXXII Para fins de comprovação da origem do material, a Contratada deverá apresentar aos fiscais do Contrato, nota fiscal de compra deste material, juntamente com a licença ambiental da empresa fornecedora.
- XXXIII Caso a pedra irregular seja extraída e fornecida pela própria Contratada, esta, deverá apresentar a licença ambiental, bem como, uma declaração fornecida por seu representante legal, onde conste claramente que o material será extraído e fornecido pela Contratada.
- XXXIV A Contratada deverá apresentar a documentação de licenciamento dos materiais no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, por interesse da administração pública, quando devidamente justificado, analisado e aceito pela fiscalização.
- XXXV A recusa, o atraso injustificável, bem como as justificativas não aceitas pela fiscalização para apresentação da documentação de licenciamento pela Contratada, implicará na aplicação das penalidades previstas no Contrato.
- XXXVI Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos.
- XXXVII Substituir e refazer sem custos adicionais para a Administração, e em, no máximo, 5 (cinco) dias a partir da comunicação o objeto/serviço rejeitado(s), recusado(s) pela fiscalização do contrato.
- XXXVIII Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação.
- XXXIX Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.
- XL Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: trabalhistas, transportes e demais custos que se fizerem necessários para a execução/entrega do objeto.
- XLI Fornecer maquinário, mão de obra e o material necessário para a execução e reforma, se necessário, da obra.
- XLII Responder civil e criminalmente pelos atos e danos sofridos pelos seus colaboradores e, também, os praticados pela contratada e colaboradores a terceiros.
- XLIII Manter, obrigatoriamente, um canal de comunicação disponível para solicitações, reclamações, comunicados etc. entre contratante e contratado.
- XLIV Caso a fiscalização detectar a utilização de material de qualidade inferior, que não seja de primeira linha e ótima qualidade, que a pavimentação tenha sido realizada de maneira desnivelada, torta, e/ou apresentar quaisquer defeitos, imperfeição, a empresa vencedora será notificada para, no prazo estabelecido neste Edital, refazer o serviço e substituir o material, sem custo adicional para a contratante.



Estado de Santa Catarina



CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO Incumbe a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

- I Fiscalizar através do Secretário Municipal de Estradas e Rodagens, Sr. Sandro José Petter, conforme decreto 31/2017, e do responsável pelo setor de engenharia do município, ora nominados fiscais do contrato podendo no caso de não haver engenheiro no município, ser solicitado a AMERIOS apoio técnico para a medição e fiscalização, a execução efetiva do objeto licitado, qualidade dos serviços, bem como atestar sobre as notas fiscais/faturas a qualidade do objeto, fazendo cumprir todas as normas deste edital.
- II Efetuar os pagamentos à Contratada.
- III Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais, bem como acompanhar todas as etapas da execução e entrega efetiva do objeto licitado, bem como conferir e atestar as notas fiscais.
- IV Recusar os serviços/objetos licitados que não atenderem as especificações contidas no Edital e neste Contrato.
- V Não efetuar o pagamento da obra que estiver em desacordo com o contido no Edital ou no memorial descritivo, no orçamento e no projeto de engenharia e, também, que apresentar quaisquer tipos de problema e defeito detectado pelo(a) engenheiro(a)/arquiteto(a) do Município e pelo Secretário da Pasta até que a mesma não seja regularizada.
- VI É vedado ao Município executar qualquer tipo de serviço inerente à contratação, da mesma forma é vedado à utilização de equipamentos, pessoais, veículos e máquinas do Município.

CLAUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- I A execução/entrega do objeto desta será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário da Pasta Municipal, Sr. <u>Sandro José Petter</u>, nos termos do decreto 31/2017, e pelo setor de engenharia do município, ora nominados fiscais do contrato, os quais deverão fiscalizar a entrega dos produtos licitados, exigir qualidade, o cumprimento dos prazos, fazendo cumprir todas as cláusulas deste Edital e do Contrato, aplicando as penalidades cabíveis em caso de necessidade, podendo no caso de não haver engenheiro no município, ser solicitado a AMERIOS apoio técnico para a medição e fiscalização.
- II A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive trabalhista e perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- III Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.
- IV A Obra deverá ser executada no endereço indicado pela Municipalidade e conforme Memorial descritivo, Orçamento e Projeto Engenharia Completo em anexo.
- V O prazo para execução da Obra será de, no máximo, 120 dias, a contar da emissão da Ordem de serviços, podendo ser prorrogado única e exclusivamente pela ocorrência de casos fortuitos ou força maior, e com consentimento da administração municipal, sendo analisada a justificativa para tal ato, priorizando o interesse publico, caso contrario não será prorrogado.
- VI O prazo para início das correções dos itens apontados pela fiscalização do contrato será de 5 (cinco) dias úteis após a notificação.
- VII A vigência do contrato será até 31/08/2023.
- VIII A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste Edital, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS CONTRATUAIS



Estado de Santa Catarina



- 6.1 A Contratada é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.
- 6.2 A Contratada, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar ao Contratante ou a terceiros.
- 6.3 À Contratada caberá as despesas peculiares às empreitadas globais, notadamente serviços gerais, transporte horizontal e vertical, mão-de-obra e materiais, inclusive para instalações provisórias, e todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes, bem como as relativas aos registros junto ao CREA. Cabe ainda à Contratada, por todo o período de execução das obras, manter os seguros que por Lei se tornarem exigíveis.
- 6.4 Por se tratar de empreitada por preço global, os preços contratados constituirão a única e completa remuneração pelos serviços contratados no período estabelecido, estando incluído nos mesmos os custos com os encargos relacionados no parágrafo anterior ou quaisquer outras despesas adicionais. A inadimplência da Contratada com referência aos mesmos não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

7.1 - O objeto do presente contrato será executado sob o regime de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço global.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES

8.1 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente Contrato, dentro dos limites previstos o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA NONA - DAS PENALIDADES

- 9.1 A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.
- 9.2 Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:
- I Advertência:
- II Multas:
 - **a)** Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 10 (dez) dias;
 - **b)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a", aplicada em dobro na reincidência;
 - **c)** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato pela recusa injustificada em assinar o termo contratual, ou por rescisão unilateral por interesse ou culpa da contratada.
- III Rescisão contratual, nos seguintes casos:
 - **a)** Por ato unilateral escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
 - b) Amigavelmente, por acordo mútuo, não cabendo indenização a qualquer uma das partes,



Estado de Santa Catarina



resguardado o interesse público;

- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente;
- IV Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal;
- 9.2.1 As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 9.2.2 As penalidades previstas inciso I da clausula 9.2 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.
- 9.2.3 O descumprimento, por parte da proponente vencedora, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao órgão licitante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;
- 9.2.4 Fica reservado ao órgão licitante o direito de rescindir total ou parcialmente o contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista à proponente vencedora, direito algum de reclamações ou indenização.
- 9.2.5 No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.
- 9.2.6 No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital e neste Contrato, bem como das demais cominações legais.
- 9.2.7 O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- 9.2.8 As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS GARANTIAS

10.1 - As empresas licitantes ficam dispensadas de apresentarem garantia quando da entrega das propostas (artigo 31, inciso III da Lei nº. 8.666/93), e assinatura do contrato.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ADITAMENTO

11.1 - Este Contrato poderá ser alterado, nos termos e limites da legislação vigente, e sempre por meio de Termo Aditivo.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS PRAZOS

- 12.1 O contrato terá sua vigência até 31/08/2023, iniciada na data de sua assinatura. O prazo de vigência poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, quando devidamente justificado e aceito, por único e exclusivo interesse da administração pública, com o consentimento da contratada, nos termos da legislação vigente.
- 3.2 O prazo para execução da Obra será de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias, a contar da emissão da Ordem de serviços, podendo ser prorrogado única e exclusivamente pela ocorrência de casos fortuitos ou força maior, e com consentimento da administração municipal, sendo analisada a justificativa para tal ato, priorizando o interesse público, caso contrário não será prorrogado.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSICOES GERAIS



Estado de Santa Catarina



- 13.1 Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.
- 13.2 Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visada pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.
- 13.3 A fiscalização e o controle aludidos na clausula quarta, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.
- 13.4 Os casos omissos a este Contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.
- 13.5 O presente Contrato será regido pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
- 13.6 Os anexos e as cláusulas fixadas no Processo Licitatório nº. 05/2023 ficam fazendo parte do presente Contrato.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ACEITAÇÃO

14.1 - E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas vias ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

	São Miguel da Boa Vista (SC), de	de 2023.
VANDERLEI BONALDO Prefeito Municipal	CNPJ sob nº Representante Legal	

São Miguel da Boa Vista (SC).

SILAS DAVID PARISOTTO

Secretário Municipal de Estradas e Rodagens Procurador-Geral do Município Fiscal Testemunhas: CPF: ____

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. Contrato de Prestação de Serviço.

SANDRO JOSÉ PETTER